



Reunião Ordinária – Ata nº 22/2014

Data – 2014-11-04

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.40 horas

Presenças:

Presidente João Carlos Caseiro Gomes (em substituição)

Vereadores Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luís Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

A Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos

Falta justificada: Não esteve presente a Presidente da Câmara, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, por se encontrar em serviço oficial.



Resumo Diário da Tesouraria de 03-11-2014:

a) Dotações Orçamentais..... €6.982.494,16
b) Dotações não Orçamentais..... €162.842,45

Total das Disponibilidades €7.145.326,61



O Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

A
C

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA (artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

O Vice-presidente fez uma pequena abordagem às obras na ponte rodoviária sobre o Rio Tejo, salientando que aguarda pelo relatório de execução das mesmas. Assim que a EP – Estradas de Portugal o disponibilize, trará para conhecimento da Câmara.

Deu conhecimento que a circulação de veículos de emergência tem decorrido sem qualquer problema.

Questionado pelo vereador Avelino Manana sobre a forma de atuação nestes casos, explicou que, quando é comunicada a passagem de um veículo de emergência, é encerrado o trânsito em sentido contrário e procura-se realizar o escoamento rápido de todo o trânsito que circula no mesmo sentido, para que a viatura possa prosseguir a sua marcha.

Referiu que tem conhecimento de que foi manifestada por algumas pessoas a preocupação com o tempo de espera de ambulâncias. Alertou para o facto de não se tratar de ambulâncias, mas efetivamente de viaturas de transporte de doentes, que não são veículos de emergência e que, por isso, não são tratados com prioridade.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão informou que, no âmbito do Plano de Ação da Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes, deu-se início à dinamização de ações de sensibilização para profissionais que de alguma forma têm intervenção junto da população idosa.

As ações "Violência contra as Pessoas Idosas – Informar é prevenir", que são da responsabilidade conjunta dos/as Técnicos/as de Apoio à Vítima da Câmara Municipal de Abrantes e da GNR, têm como principais objetivos:

- Informar profissionais com intervenção junto da população idosa e responsabilizar individual e coletivamente os colaboradores relativamente à problemática da violência sobre as pessoas idosas;
- Organizações, serviços e associações que fornecem serviços sociais, apoio domiciliário e de saúde a idosos, mais responsabilizados nas questões da violência doméstica;
- Informar e proteger a população idosa;
- Sensibilizar para atuação preventiva em situações de intervenção social de risco;
- Enquadrar juridicamente situações de risco e identificar técnicas de autoproteção;

Até ao momento já foram realizadas 4 ações e foram abrangidos desde já cerca de 70 profissionais, estando agendadas mais ações por todo o concelho.

L. nº 1. Pág.

Tomado conhecimento.

21

22

Em seguida, a vereadora Celeste Simão referiu que, no âmbito do Programa ROMED, a delegação do programa em Portugal irá dinamizar uma formação sobre História e Cultura Cigana, para técnicos, nos 9 municípios parceiros do ROMED.

A formação terá a duração de 5 horas e será certificada pelo Conselho da Europa.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento que, no passado dia 28 de outubro, pelas 15.00 horas, realizou-se na Biblioteca Municipal António Botto, mais uma reunião do Conselho Local de Ação Social, na qual participaram 32 entidades do concelho.

Referiu-se ainda aos assuntos tratados nessa reunião, designadamente:

- Apresentação do PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas
- Apresentação do Plano para a Cidadania, Igualdade e não discriminação
- Comissões Sociais de Freguesia – Apresentação de estratégias e boas práticas
- Apresentação de propostas e recomendações
- Monitorização do plano de ação 2014/2015

Deu ainda conhecimento de uma proposta sobre a definição de teto para as prestações sociais que foi apresentada nessa reunião do CLAS, mas que será agendada para discussão posterior, para que possam ser efetuadas algumas retificações.

Tomado conhecimento.



Informou que o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis distinguiu, mais uma vez, o Município de Abrantes com o título "Autarquia + Familiarmente Responsável 2013". Este reconhecimento resulta da análise das políticas de família dos municípios em dez áreas de atuação e sendo ainda analisadas as boas práticas das autarquias para com os seus funcionários, em matéria de conciliação entre trabalho e família.

Foram revelados os 37 municípios portugueses distinguidos e a cada um deles irá ser entregue a bandeira verde da iniciativa. A cerimónia realiza-se no próximo dia 06 de Novembro, pelas 17h, no Auditório da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em Coimbra.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL VALAMATOS

O vereador Manuel Valamatos deu conhecimento que as obras de Requalificação da EN 118 em Alvega já se encontram concluídas e que, apesar de ter havido uma derrapagem de poucos dias para a conclusão, face ao previsto, foi possível cumprir os objetivos.

el
Cale

Informou que, durante as obras, ocorreram alguns danos provocados por viaturas pesadas em propriedades particulares, no entanto os SMA, em conjunto com o empreiteiro, estão empenhados na sua resolução.

Tomado conhecimento.



Referiu também que, em breve, será iniciada a obra de execução de conduta adutora até ao Açude Insuflável, permitindo depois dar-se continuidade ao projeto que pretende levar a Água do Castelo de Bode a todo o concelho.

Aludiu que estes investimentos permitirão, no futuro, a redução de todos os pequenos sistemas existentes apenas a um, significando uma otimização dos recursos e evitando, assim, maiores encargos para os consumidores.

Neste âmbito, referiu ainda que os SMA iniciaram, por administração direta, a execução de conduta de São Facundo para a Bemposta.

Tomado conhecimento.



VEREADOR LUIS DIAS

O vereador Luís Dias referiu que no próximo dia 8 de novembro irão realizar-se umas jornadas de esclarecimento sobre o programa de apoio ao associativismo – Finabrant – na Biblioteca Municipal António Botto, destinadas a todas as entidades.

Tomado conhecimento.



Informou também que, no pretérito dia 18 de outubro, durante as V Jornadas do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, foram apresentados os resultados das obras de recuperação de pinturas murais a fresco e de limpeza e conservação dos azulejos que revestem o altar-mor da Igreja de Santa Maria do Castelo, trabalhos conduzidos pela empresa “Mural da História”, de Lisboa, sob a observância científica e tutelar de técnicos municipais e da Direção-Geral do Património Cultural.

Deste trabalho, realizado nos meses derradeiros, resultaria a identificação de um rico conjunto de frescos que se encontravam sob os azulejos e de cuja existência não se suspeitava, na parede esquerda do altar-mor e por detrás do túmulo de D. Lopo de Almeida, permitindo perceber a continuidade da decoração mural. Realizada por conservadores-restauradores altamente qualificados, a pequena área de pintura colocada a descoberto evidencia um extraordinário e singular exemplar a fresco, possivelmente da primeira metade do século XV, com bastas

21

afinidades estilísticas com a pintura de S. Francisco de Leiria e a da capela do Palácio da Vila em Sintra.

Trata-se de um momento memorável, importando perceber se esta pintura mural já se encontraria referenciada em anteriores fontes, primárias ou secundárias, da plurissecular historiografia abrantina.

Presentemente, realizam-se diligências entre a DGPC e o Município de Abrantes para que se realize nova intervenção, tendente à remoção e reposição do acervo de azulejaria mudéjar e ao interesse generalizado de conhecer, preservar e divulgar os novos frescos da Igreja de Santa Maria do Castelo e do fabuloso Panteão dos Almeida.

A celebração, em curso, de um protocolo com a Universidade de Évora, no âmbito da infraestrutura Laboratório HERCULES - Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda, potenciará o estudo e salvaguarda do património cultural e arqueometria, para além de ações integradas de conservação, restauro e de divulgação do património abrantino, prosseguindo o Município de Abrantes com uma intensa atividade no âmbito da investigação e salvaguarda do seu vasto património artístico, arquitetónico, arqueológico e imaterial.

Tomado conhecimento.



VEREADORA ELZA VITÓRIO

A vereadora Elza Vitória referiu-se ao serviço de maternidade do hospital de Abrantes, que integra o Centro Hospitalar do Médio Tejo.

Disse que, em julho, em consequência de uma reunião com o Ministro da Saúde, foi divulgado na comunicação social que a maternidade não iria encerrar.

Por isto, foi com muita estranheza que, em outubro, a estrutura local e os deputados pelo distrito de Santarém do Partido Social Democrata constataram que se encontra a circular um abaixo-assinado, em defesa da manutenção da maternidade.

Perante isto, disse, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata solicitou esclarecimento ao Ministro Saúde no sentido de apurar se estaria previsto o encerramento da maternidade e se este Governo tomou alguma decisão relativamente a esta matéria.

Em resposta ao pedido, o Ministro da Saúde, Paulo Macedo, através do seu chefe de gabinete, fez chegar a informação de que não foi tomada qualquer decisão no sentido do encerramento da maternidade, assim como não se encontra em curso ou em preparação qualquer procedimento no sentido de um eventual encerramento.

Por esta razão, congratula-se com o facto de a maternidade não encerrar e referiu que o PSD estará atento a tudo o que possa vir a acontecer nesta matéria.

O Vice-Presidente da Câmara disse que também a autarquia e o Partido Socialista solicitaram informação sobre este assunto e que foram informados, o que também os tranquilizou, de que não haveria qualquer intenção de encerramento deste serviço, que tem prestado um excelente serviço à comunidade

O vereador Avelino Manana disse que, nem ele próprio, nem a CDU, estranharam o abaixo-assinado, na medida em que se trata de uma iniciativa da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Concelho de Abrantes, enquanto grupo de cidadãos.

Não estranharam o abaixo-assinado e estão de acordo com o seu conteúdo, porque a informação trazida pela vereadora Elza Vitório, e que já foi transmitida nos órgãos de comunicação social, nada vem adiantar relativamente ao que foi dito até agora. O Governo refere que nada foi feito no sentido do encerramento, mas nada impede que possa vir a ser feito no futuro. Se o Governo considera que irá manter o serviço, então que rejeite ou revogue a Portaria nº 82/2014, de 10 de abril.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 01 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a seguinte proposta, relativa ao Regulamento Interno de Alcoolemia: - 148352

"Considerando a deliberação nº 890/2010 da Comissão Nacional de Proteção de Dados (estabelece as condições gerais para os tratamentos de dados pessoais com finalidade de medicina preventiva e curativa no âmbito dos controlos de alcoolémia e de droga efetuados aos trabalhadores);

Considerando a jurisprudência mais recente existente nesta matéria, de que são exemplares o Ac. Tribunal Central Administrativo Norte, processo 00003/09.0BCPRT e o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo nº 76/10 que se pronunciou sobre deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) de 28.04.2008 que não autorizou o tratamento de dados pessoais relativo à realização de testes de alcoolémia nos termos do Regulamento interno do Município do Porto;

Considerando que o regulamento de alcoolemia, vigente no Município de Abrantes, inclui matéria similar à criticada naquelas decisões, e que se expurgada, o regulamento sem a parte nuclear de recolha específica da prova (testes de alcoolemia) se torna inoperacional, para os efeitos pretendidos de prevenção da conduta de ingestão de álcool no período laboral;

Considerando que por essa via, a prevenção terá que ser levada a efeito pela sensibilização e acompanhamento sem os testes no local de trabalho, e bem assim as situações disciplinares deverão ter o tratamento comum sem o apoio dos referidos meios, sugere-se que se delibere a revogação do Regulamento de Alcoolemia, publicitado na Intranet designado de "Normas de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool", até agora em vigor no Município de Abrantes."

O vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, expressou a sua preocupação relativamente ao facto de deixarem de ser realizados testes de controlo de alcoolemia e abordou a possibilidade

de estes serem realizados anonimamente e em sectores de risco, como é o caso da condução de máquinas e viaturas, apenas com o objetivo persuasor e de sensibilização.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e revogar o Regulamento de Alcoolemia, publicitado na Intranet designado de "Normas de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool," até agora em vigor no Município de Abrantes.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 02 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, que remete para aprovação o mapa de pessoal, resultante da recente alteração da estrutura orgânica e da necessidade de prever um coordenador técnico para a Divisão de Gestão de Projetos e Produção, que passou a ter uma dimensão bastante considerável, uma vez que juntou duas Unidades Orgânicas numa só, aumentando a responsabilidade quer de planeamento quer de execução ao nível das obras. – 194712

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido mapa de pessoal e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência da recente alteração da estrutura orgânica flexível dos serviços municipais, aprovada pela Câmara Municipal em 24 de setembro de 2014, remetendo, para aprovação e envio à Assembleia Municipal, a proposta de constituição de júris dos procedimentos concursais para dirigentes, de acordo com a informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano, datada de 29 de outubro de 2014. – 194708

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a constituição de júris dos procedimentos concursais para dirigentes, de acordo com a proposta na informação do Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano, datada de 29 de outubro de 2014, de acordo com o disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 04 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho, datado de 29 de outubro de 2014, que, na sequência de pedido da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do

Tejo, emitiu parecer favorável sobre a proposta de turnos das farmácias do Concelho de Abrantes para 2015, sugerida pela Associação Nacional de Farmácias. - 194609

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes.



Nº 05 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de outubro de 2014, acerca da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, estabelecida pela alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), sugerindo a aprovação da percentagem a aplicar em 2015, que não poderá ultrapassar os 0,25%. - 193464

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25%, para o ano de 2015, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), e submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 06 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 23 de outubro de 2014, que autorizou o prolongamento do horário dos estabelecimentos durante o período da Feira da Doçaria, a ocupação do espaço público, sob condição do cumprimento, por parte dos interessados, das regras aplicáveis à ocupação de espaço público previstas no Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e inscrição de Publicidade no Município de Abrantes, mediante a responsabilização dos mesmos pelo não cumprimento dessas regras e por eventuais danos ou ocorrências que venham a verificar-se, decorrentes da ocupação, bem como a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à ocupação de espaço público. - 192633

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes.



Nº 07 - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, deu conta do mapa referente aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica, nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, para 2014. - 151858

Tomado conhecimento e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.



Nº 08 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma Informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de outubro de 2014, acerca do procedimento para celebração de contrato de fornecimento de energia ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT, pelo prazo de 1 ano, cuja despesa estimada ascende a 22.200,00€ (vinte e dois mil e duzentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - 185373

Deliberação: Por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a despesa plurianual, nos termos do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 09 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma Informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de outubro de 2014, remetendo para aprovação, parecer prévio vinculativo referente à aquisição de serviços para o transporte entre Portugal (Porto de Leixões) e Cabo Verde - Mindelo (S. Vicente), do granulado para equipamentos desportivos para o Município de Ribeira Brava - Cabo Verde, cujo montante ascende a 10.690,00€ (dez mil seiscentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais refere que, tratando-se de um apoio ao Município de Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea aaa) do nº1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete também à Câmara Municipal deliberar sobre o assunto. - 192750

O vereador Avelino Manana questionou os benefícios deste protocolo para a Câmara Municipal de Abrantes.

O Vice-Presidente prestou os devidos esclarecimentos relativamente ao acordo de geminação entre os Municípios de Abrantes e de Ribeira Brava, que abrange principalmente a cooperação nas áreas de educação, cultura e desporto.

Referiu ainda que o município de Ribeira Brava não dispõe de condições financeiras para a aquisição e transporte do granulado, que se destina à reparação do campo sintético, destruído em resultado de intempéries.

O vereador Avelino Manana entendeu as justificações apresentadas e considera que a solidariedade deve ser estimulada, contudo referiu que existirão, com certeza, países em melhores condições do que Portugal para apoiar estas situações.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar apoio ao Município de Ribeira Brava, no valor total de 13.148,70€ (treze mil cento e quarenta e oito euros e setenta centimos), nos termos do disposto na alínea aaa) do nº1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Aprovar ainda o parecer prévio vinculativo referente à aquisição de serviços para o transporte entre Portugal (Porto de Leixões) e Cabo Verde - Mindelo (S. Vicente), do granulado para equipamentos desportivos para o Município de Ribeira Brava - Cabo Verde, nos termos do disposto no nº 11 do artº 73 da Lei do Orçamento de Estado para 2014.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 10 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma Informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 29 de outubro de 2014, referindo que a ADIMO – Associação de Desenvolvimento Integrado de Mouriscas, informou que o IFAP-IP, entidade financiadora da candidatura apresentada ao PRODER, para recuperação e requalificação do edifício das antigas Escolas Primárias de Mouriscas, alterou as regras de financiamento, deixando de ser possível que os Municípios comparticipem as entidades para assunção da contrapartida nacional dos investimentos financiados. Nestes termos, a ADIMO viu-se na necessidade de desistir da candidatura. No entanto, uma vez que já havia assumido despesa com a elaboração do projeto de execução da obra e com a elaboração da candidatura (a qual seria comparticipada no âmbito da candidatura), vem solicitar que o Município mantenha essa parte do apoio ao abrigo do protocolo celebrado, no montante de 26.937,00€ (vinte e seis mil novecentos e trinta e sete euros).

Mais informa que aquela entidade, ainda assim, ficará atenta à possibilidade de financiamento para concretização da obra, no próximo quadro de programação de fundos comunitários.

Neste sentido, submete para aprovação, o pedido apresentado pela ADIMO, bem como, autorização para anulação da verba remanescente, cabimentada e comprometida ao abrigo do protocolo. – 126110

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a manutenção do apoio ao abrigo do protocolo celebrado, no montante de 26.937,00€ (vinte e seis mil novecentos e trinta e sete euros) e autorizar a anulação da verba remanescente, cabimentada e comprometida ao abrigo do referido

el

عن

protocolo, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

O vereador Avelino Manana apresentou algumas questões relativamente à escola de Mouriscas e ao protocolo celebrado, e o Vice-Presidente prestou os esclarecimentos devidos.



Nº 11 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma Informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada, datada de 29 de outubro de 2014, remetendo para aprovação proposta de parceria com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito do Programa Eco-Escolas, para apoio à participação de escolas do concelho no referido programa de educação e sensibilização ambiental.

Mais informa que para o ano de 2014-2015 há 5 escolas inscritas: EB1/JI Chainça; Escola Secundária Dr. Solano de Abreu; Escola S/3 Dr. Manuel Fernandes; EB 2/3 D. Miguel de Almeida; EB 2/3 Octávio Duarte Ferreira e que a despesa inerente ao referido protocolo ascende a 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), o que corresponde a 70,00€ (setenta euros) por escola. - 193707

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta de parceria, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para assinatura do protocolo.



Nº 12 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma Informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada, datada de 25 de outubro de 2014, remetendo para aprovação o pedido de Carla Isabel da Silva Abegão, a solicitar a dispensa total de pagamento de faturas em dívida desde 2011, no montante de 117,00€ (cento e dezassete euros), inerente a transportes de ambulância, tendo alegado grave carência económica do seu agregado familiar. – 185455

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa total de pagamento de faturas, no montante de 117,00€ (cento e dezassete euros), tendo em conta a informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 26 de outubro de 2014, que remete para aprovação a assunção de compromisso plurianual, referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços

193707

CL
Cel

para "Impressão do Boletim Municipal Passos do Concelho", em vigor pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos e com o preço base do procedimento de 19.110,94€ (dezanove mil cento e dez euros e noventa e quatro cêntimos) por ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo que os 3 anos de contrato corresponderão a 57.332,82€ (cinquenta e sete mil trezentos e trinta e dois euros e oitenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA. Tendo em conta que a despesa se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano e que se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão de 7 de fevereiro de 2014, sugere que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da Lei do orçamento de Estado de 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. - 185063

A vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitória, ainda que votando a favor desta proposta de deliberação, não quis deixar de referir que considera que 5.000 exemplares do boletim municipal são poucos para toda a população do concelho. Sugeriu, assim, que fosse reduzida a qualidade do papel e da impressão para que se pudesse aumentar a tiragem, sem aumentar os encargos financeiros.

Deliberação: Por unanimidade, ao abrigo da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão de 7 de fevereiro de 2014, aprovar a assunção de compromisso plurianual referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços "Impressão do Boletim Municipal Passos do Concelho, pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, pelo valor anual de a 19.110,94€ (dezanove mil cento e dez euros e noventa e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 14 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 30 de outubro de 2014, que remete para aprovação a assunção de compromisso plurianual referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços para utilização de plataforma bilhética online, pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos e com o preço base do procedimento de 1.560,00€ (mil quinhentos e sessenta euros) por ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo que os 3 anos de contrato corresponderão a 4.680,00€ (quatro mil seiscentos e oitenta euros), acrescidos de IVA. Tendo em conta que a despesa se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano e que se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão de 7 de fevereiro de 2014, sugere que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da Lei do orçamento de Estado de 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. - 194878

Deliberação: Por unanimidade, ao abrigo da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão de 7 de fevereiro de 2014, aprovar a assunção de compromisso plurianual referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de serviços para utilização de plataforma bilhética online, pelo prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos e o preço base do procedimento ascende a 1.560,00€ (mil quinhentos e sessenta euros) por ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 15 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que remete para ratificação o seu despacho, de 29 de outubro de 2014, que, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 24 de outubro de setembro de 2014, aprovou a assunção do compromisso plurianual, ao abrigo da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão de 7 de fevereiro de 2014, relativamente ao procedimento para instalação e serviço de internet no Parque Tejo, para o período de 36 meses, a que corresponde um valor total de 4.614,12€ (quatro mil seiscentos e catorze euros e doze cêntimos), acrescidos de IVA, tendo em conta despesa em causa se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano e que se enquadra no âmbito da referida Autorização Prévia – 192694

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes que, ao abrigo da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão de 7 de fevereiro de 2014, aprovou a assunção de compromisso plurianual, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 16 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 26 de outubro de 2014, acerca do aumento da receita do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, resultante do processo de avaliação dos prédios urbanos, que ascende a 13.042,00€ (treze mil e quarenta e dois euros). De acordo com a informação recebida, desse montante, 4.790,99€ (quatro mil setecentos e noventa euros e noventa e nove cêntimos) correspondem à variação resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana e 8.251,01€ (oito mil duzentos e cinquenta e um euros e um cêntimo) correspondem ao aumento resultante da alteração do artº 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

cl

CE

Mais refere a informação da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Administrativa que o nº 5 do artº 94º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 estipula este valor deve ser obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades: - 191822

- a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto no artigo 64.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2013;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do município;
- d) Capitalização do Fundo de Investimento Municipal, a regular em diploma próprio. - 191822

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a utilização do valor 13.042,00€ (treze mil e quarenta e dois euros), correspondente ao aumento da receita do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, em resultado do processo de avaliação dos prédios urbanos, na amortização parcial dos empréstimos contraídos no BEI – Banco Europeu de Investimento, na medida em que não existem penalizações pela amortização, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

Nº 17 – Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 14 de outubro de 2014, a dar conta que a Câmara Municipal de Abrantes, aderiu ao pacto “UN sur CINQ” lançado pelo Conselho Europeu, que consiste num plano de ação estratégico e de intercâmbio de boas práticas no domínio da promoção dos direitos das crianças e da sua proteção face à violência sexual. – 175827

Tomado conhecimento.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 18 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito de 04 a 17 de novembro do corrente ano, no âmbito do plano de atividades para 2014 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. – 194557

Tomado conhecimento.

Nº 19 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente à informação nº 70 da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 21 de outubro de 2014, acerca do pedido da Sociedade iniciativas de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do Cine Teatro de S. Pedro, em Abrantes, para a realização da festa de natal do Centro Social Interparoquial de Abrantes, a levar a efeito no dia 13 de dezembro de 2014. - 192097

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, no dia pretendido, ao abrigo do protocolo existente entre aquela Sociedade e a Câmara Municipal de Abrantes, que confere um dia por ano a atividades da referida entidade.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 20 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente à informação nº 72 da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 24 de outubro de 2014, acerca do pedido do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro de S. Pedro, em Abrantes, para a realização da festa de natal do Jardim de Infância de S. João Batista, a levar a efeito no dia 18 de dezembro de 2014. - 190852

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, no dia pretendido, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove e dezasseis cêntimos).

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre a Universidade de Évora e o Município de Abrantes, para definição de programas e projetos concertados no âmbito da infraestrutura Laboratório HERCULES - Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda, que possibilite o estudo e salvaguarda de elementos patrimoniais de referência em Abrantes, de trabalhos de arqueometria e de ações consequentes de conservação e restauro, face às linhas estratégicas de intervenção no vasto património cultural municipal e demais estruturas museológicas. - 172949

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 22 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, remete para aprovação proposta de projeto de protocolo de colaboração, a celebrar entre a Direção-Geral do Património Cultural e o Município de Abrantes, com vista à implementação e desenvolvimento de ações, projetos e

atividades que promovam o estudo, a conservação, a divulgação e a fruição dos imóveis Igreja de São Vicente, Fortaleza de Abrantes, a Igreja de Santa Maria do Castelo e a Igreja de São João Baptista e respetivo património integrado. - 194598

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido projeto de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, em conformidade com o artigo 14º, ponto do 2 do Regulamento do programa Finabrant, remete para aprovação, proposta de esclarecimento, com uma leitura corretiva, face a uma necessária clarificação do referido instrumento de apoio às coletividades municipais: - 189919

"Considerando a questão levantada pela equipa técnica municipal do FINABRANTES em 24/9/2014, no PG13499/2014:189919;

Considerando o parecer técnico constante da Ordem 3 do mesmo PG, propõe-se para aprovação pela Câmara Municipal de Abrantes o seguinte esclarecimento:

Respondendo às dúvidas de interpretação do artigo 11º, nº 1, em conjugação como artigo 10º, nº 1 do Regulamento FINABRANTES, no que se refere ao conteúdo do relatório preliminar e momento da sua entrega, a Câmara Municipal de Abrantes, no âmbito dos poderes de conformação interpretativa ao abrigo do artigo 14º do Regulamento, adota, para aplicação pelos serviços municipais e entidades abrangidas, o seguinte entendimento:

Para efeitos de atribuição da 2ª tranche do incentivo aprovado, o relatório intercalar é entregue após execução de 50% do orçamento e deve documentar a aplicação de metade do apoio concedido inicialmente (1ª tranche)."

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, remetendo para aprovação, a quantia de 10,00 € (dez euros), por pessoa, como valor a pagar pela inscrição, no Workshop de Iniciação à Gravura, ministrado pelo técnico Tomás Dias, na semana de 24 a 29 de novembro de 2014, justificando-se o referido valor, com os custos do material (8€/pessoa) e os honorários do artista. - 193598

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a quantia de 10,00 € (dez euros), por pessoa, como valor a pagar pela inscrição, no Workshop de Iniciação à Gravura.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de outubro de 2014, que converteu em definitivo a deliberação de câmara tomada no dia 7 de outubro 2014, referente ao concurso público para a cedência de exploração da sala de cinema, sita no edifício Milenium, tendo em conta que a exposição apresentada pelo concorrente, João Luís Ferreira Almeida, em sede de audiência prévia, não alterou os pressupostos que estiveram na base da deliberação de câmara anterior, uma vez que o concorrente vem, numa fase em que tal não é admissível, apresentar elementos essenciais que deveriam constar na proposta. – 183873

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes.



Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho datado de 29 de outubro de 2014, que, na sequência de informação da Divisão de Cultura, Património e Desporto, aprovou a adjudicação direta ao interessado João Luís Ferreira Almeida, único concorrente ao concurso público para a cedência de exploração da sala de cinema no edifício Milenium, que foi excluído por estar fora de prazo, uma vez que este reúne todas as condições necessárias ao sucesso da exploração de cinema.

Sugeria a Divisão de Cultura, Património e Desporto que se desse, assim, cumprimento ao estipulado no ponto 23 das normas de concurso, onde consta: *"Caso o concurso fique deserto, ou as propostas sejam apresentadas em desacordo com a lei ou normas regulamentares, poderá a Câmara efetuar ajuste direto, desde que o contrato se celebre em condições substancialmente idênticas às estabelecidas para efeitos do concurso"*.

Fundamenta esta proposta no facto de o Cinema Milenium ser um pilar fundamental para o desenvolvimento do projeto Bairro ConVida e a sua dinamização ser um contributo muito importante para o desenvolvimento e integração da comunidade. Os espaços envolvidos no projeto irão, com certeza, beneficiar do efeito potenciador que o cinema terá, com a circulação de pessoas a divulgação e promoção do local podendo num futuro muito próximo potenciar economicamente toda a zona envolvente. - 194653

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

C1
C2

O vereador Avelino Manana disse que tem vindo a votar contra o projeto, no que diz respeito ao aluguer e ao apoio às entidades envolvidas, contudo não deixou de acompanhar e estar atento ao procedimento.

Sobre esta questão, em particular, disse que nada tem contra o concorrente, mas que o preocupa o facto de o único concorrente, que prevaricou no sentido de não ter apresentado atempadamente a proposta, vir a ser admitido posteriormente, por ajuste direto. Ainda que esta possibilidade esteja prevista nas normas do concurso, entende que deveria ter sido acautelado o facto de não se aceitarem propostas de concorrentes que tenham prevaricado

O vereador Luís Dias esclareceu que o concurso foi aberto a todos e que este foi o único concorrente. Não julga que o concorrente tenha prevaricado, na medida em que o que se verificou foi uma má interpretação do que constava nas normas do concurso, uma vez que, ao invés de apresentar toda a documentação, cumprindo todos os itens das normas, o concorrente prestou declaração.

Porque se verifica que o concorrente reúne todos os requisitos para a emissão diária de cinema em Abrantes, entendeu-se por bem aceitar a proposta e adjudicar por ajuste direto.

Deliberação: Por maioria com a abstenção do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, ratificar o referido despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, proferido nos termos e com os fundamentos da informação Divisão de Cultura, Património e Desporto.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de outubro de 2014, que remete para aprovação, a revisão do Regulamento da iniciativa "+Comércio no Centro", com vista a uma melhor flexibilização e ambicionando resultados mais satisfatórios em termos de adesão. 120159

O vereador Avelino Manana disse que, embora não seja isso que esteja em causa nesta deliberação, deveria de existir no regulamento uma norma de discriminação positiva, no sentido de apoiar mais os pequenos e médios comerciantes, em detrimento do grande comércio.

O Vice-Presidente da Câmara esclareceu que o regulamento é mais dirigido ao pequeno e médio comércio e que os candidatos que até agora se mostraram interessados em usufruir deste apoio municipal são pequenos comerciantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a revisão do Regulamento da iniciativa "+Comércio no Centro", nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Nº 28 – Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e quarenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A TÉCNICA SUPERIOR

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 04.11.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra		Despacho / Deliberação	
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada			Tipo	Data Teor
PG14128/2014:191635	07-10-2014	501334840	Construforte - Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda / Vale de São Domingos - Apartado 3 - União das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira	Alteração de habitação / Rua Monteiro de Lima / Rua Luis de Camões / Rua Infante D. Henrique - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede		Despacho	23-10-2014
							Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG14454/2014:192558	14-10-2014	1.18665090	Maria Celeste Josefa Rosa / Rua da Azinhaga, n.º 68 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Substituição de cobertura / Rua das Casas Altas, n.º 12 - Amoreira - Rio de Moinhos		Despacho	23-10-2014
							Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto. A emissão do competente Alvará deverá ser condicionada à apresentação da Planta de Localização à escala de 1:25000 (devidamente assinalada) em falta.
PG8637/2014:176442	12-06-2014	243602880	Daniela Sofia Chambel Marques / Rua da Igreja - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção de habitação / Rua da Igreja - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede		Despacho	23-10-2014
							Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG22247/2011:49629	11-11-2011	164596445	Idalina Maria Godinho Lopes / Rua Emilia Sousa Pinto - Mouriscas	Alteração de Moradia Unifamiliar / Rua da Gelfa, n.º 275 - Engarnais Cimeiros - Mouriscas		Despacho	26-10-2014
							Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG13732/2014:190565	30-09-2014	122271807	Elvira do Rosário Caseiro Silvério / Rua Avenue Frederic Soret.26 - Geneve	Alteração / Legalização de Habitação Unifamiliar, Anexo e Muro de Vedação - Avenida do Cruzeiro, n.º 73 - Aldeia do Mato - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto		Despacho	26-10-2014
							Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

af
el

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG13562/2011:34943	05-08-2011	105680311	Maria José de Jesus Simples Rodrigues / Rua Quinta D'Arca, n.º 66 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração/ Legalização de habitação unifamiliar, anexo e muros - Rua Quinta D Arca, n.º 56 - Chainça - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	26-10-2014	Aprovado projeto de alterações, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares - projeto de estabilidade, ou documento subscrito por técnico habilitado para o efeito atestando que as alterações introduzidas não alteram a estrutura - no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
PG4564/2014:164999	27-03-2014	112728405	Laurinda Beatriz Marques R. Filipe Figueiredo / Rua do Forno do Vidro - Abrantes	Alteração de habitação e anexo / Rua 18 de Maio - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	26-10-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica anteriormente prestada e com o condicionamento do respeito escrupuloso pelo projeto por último retificado (quanto ao material destinado à cobertura). Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito
PG10761/2014:182374	23-07-2014	501496653	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Martimchel / Casa Paroquial - Martimchel	Legalização de edifícios / Azinhaga da Varzea - Martimchel	Despacho	27-10-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG5812/2014:168638	22-04-2014	174010591	Graciela da Conceição Rodrigues Pereira Pires / Rua João Pinto Ribeiro, lote 115 - 8A - Lisboa	Ampliação e alteração de habitação / Rua de São José, n.º 91 - Carvalhal	Despacho	27-10-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos

CEP